

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 54.026 - RJ (2017/0105584-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : MAC SILVA MERCANTIL LTDA
RECORRENTE : MANOEL CARLOS DA SILVA NETO
RECORRENTE : RAQUEL ACACIO DA SILVA
ADVOGADO : MANOEL CARLOS DA SILVA NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ026524
RECORRIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por MAC-SILVA MERCANTIL LTDA. e OUTROS contra decisão monocrática que indeferiu a inicial ao entendimento de que a referida ação não é cabível contra ato judicial passível de recurso (e-STJ fls. 20/25).

Sustentam, em síntese, que as atividades da empresa estão paralisadas desde 1997, quando a partir daí não auferiram mais lucro, razão pela qual postulam pela assistência judiciária gratuita.

Afirmam que o juízo *a quo* não examinou atentamente o arcabouço probatório capaz de comprovar a sua hipossuficiência e ser concedido o benefício requerido.

O Ministério Público Federal emitiu parecer em que opinou pelo parcial provimento do recurso.

Passo a decidir.

O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que não cabe recurso em mandado de segurança contra decisão singular sob pena de indevida supressão de instância.

No caso, verifica-se dos autos que a parte recorrente não esgotou a via recursal, porquanto não interpôs agravo interno contra a decisão singular atacada, tornando incabível o presente recurso ordinário.

A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO SINGULAR. NÃO EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL.

1. Não merece conhecimento o recurso ordinário em mandado de segurança, sem a interposição do competente agravo interno contra decisão proferida

de forma singular pelo relator em 2ª instância, ante o necessário exaurimento da instância de origem.

2. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no RMS 51.762/SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 21/10/2016).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA.

1. No caso dos autos, o recurso ordinário em mandado de segurança foi interposto contra decisão monocrática oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

2. É firme a jurisprudência no sentido de que não cabe recurso ordinário contra decisão monocrática do relator que julga o mandado de segurança na origem, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

Agravo regimental improvido (AgRg no RMS 49.776/MT, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 14/12/2015).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. FALTA DE EXAURIMENTO DAS VIAS RECURSAIS ORDINÁRIAS. NÃO-CONHECIMENTO.

1. Nos termos da firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é inviável o conhecimento de recurso em mandado de segurança quando não há exaurimento das instâncias recursais ordinárias.

2. Recurso em mandado de segurança não conhecido (RMS 35.923/RJ, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 19/4/2013).

Fica prejudicado o pedido de assistência judiciária gratuita, tendo em vista que o pleito confunde-se com o próprio mérito da demanda

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso e julgo PREJUDICADO o pedido de assistência judiciária gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator